REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

UM DISPOSITIVO E SEUS SILENCIAMENTOS: UMA REFLEXÃO DISCURSIVA ACERCA DO APAGAMENTO DE MULHERES A PARTIR DA ESCRITORA MINEIRA BEATRIZ BRANDÃO

A DISPOSITIF AND ITS SILENCINGS: A DISCURSIVE REFLECTION ON THE ERASURE OF WOMEN THROUGH THE LENS OF MINAS GERAIS WRITER BEATRIZ BRANDÃO

Linguística & Letras e Artes • 22/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795175738

Michelle Aparecida Pereira Lopes[1]

RESUMO

O texto que apresentamos busca problematizar a constituição de um cânone literário majoritariamente masculino, partindo do apagamento da obra de Beatriz Brandão, patrona da cadeira 3, da Academia Feminina Sul-Mineira de Letras (AFESMIL). As ponderações são feitas amparadas no conceito teórico-metodológico de dispositivo de M. Foucault, observando a constituição do cânone como reflexo de uma conjuntura histórico-social que, amparada pelo patriarcado, apagou a presença de mulheres e de suas obras na literatura. As reflexões apontam para um posicionamento crítico que deve compreender a história literária como inacabada e plural, de forma a considerar a escrita de mulheres como parte fundamental da nossa literatura.

Palavras-chave: Beatriz Brandão; Dispositivo; Escrita de mulheres.

ABSTRACT

This paper seeks to problematize the constitution of a predominantly male literary canon, taking as its starting point the erasure of the work of Beatriz Brandão, patron of Chair 3 of the Southern Minas Gerais Women's Academy of Letters (*Academia Feminina Sul-Mineira de Letras* – AFESMIL). The reflections are grounded in Michel Foucault's theoretical-methodological concept of *dispositif* (apparatus), examining the formation of the canon as a reflection of a socio-historical conjuncture that, underpinned by patriarchy, erased the presence of women and their works from literature. The analysis points toward a critical stance that must understand literary history as unfinished and plural, thereby recognizing women's writing as a fundamental part of our literature.

Keywords: Beatriz Brandão; Dispositif; Women's writing.

1. INTRODUÇÃO

Iniciamos este texto esclarecendo que a concepção teórica utilizada para elaborá-lo advém de uma perspectiva teórico-metodológica dos Estudos Discursivos de viés foucaultiano, por meio da qual compreendemos a realidade a partir de suas práticas discursivas e não-discursivas resultantes de nossa própria história como sociedade, ou seja, arraigadas no seio social, repassadas e repetidas até tornarem-se práticas legítimas, reconhecidas e amparadas por um saber-poder que as valida como uma verdade. É nesse sentido que propomos aqui pensar no silenciamento de vozes femininas, na invisibilização de escritoras no cânone literário mineiro como reflexo de um fator estruturante imposto histórico, cultural e socialmente em nosso país e em nosso estado. Nesse sentido, este texto é menos para discutir autoria e mais para discutir práticas de silenciamento das mulheres; práticas das quais o apagamento da escrita de mulheres é mais um nó em uma rede maior que historicamente apagou, quiçá ainda apaga, mulheres e seus feitos.

A reflexão que ora apresentamos tem origem em duas questões que nos cabe pontuar. A primeira delas corresponde a um dos anseios da Academia Feminina Sul-Mineira de Letras, doravante AFESMIL, quer seja, "[...] preservar o patrimônio literário de autoria feminina" (AFESMIL, 2021, p. 09). A confraria trata-se de uma entidade civil cuja natureza é literária e cultural, com sede na cidade de Poços de Caldas, município localizado no sul das Minas Gerais e elegeu 40 mulheres como patronas de suas 40 cadeiras, dentre as quais estão as pioneiras Bárbara Heliodora, Marília de Dirceu e Beatriz Brandão. Desta última, em específico, este texto também tratará mais adiante.

A segunda questão que despertou em nós a vontade de escrever este texto é relativamente recente. Em 10 de fevereiro de 2023, o então governador mineiro Romeu Zema concedeu uma entrevista a

um podcast gravado no município de Divinópolis (Cherem, 2023). Ao final da entrevista, o governador recebeu de presente a obra Reunião de Poesia, coletânea de poemas escritos por Adélia Prado, autora nascida naquela cidade. Apesar de Adélia ser uma escritora reconhecida pelo conjunto de sua obra , Romeu Zema demonstrou não reconhecê-la. A partir desse fato, muitas problematizações podem ser levantadas, inclusive as que tangem as discussões contemporâneas sobre a igualdade de gênero e questionam a constituição de um cânone literário de supremacia masculina.

De certo modo, o episódio com o governador justifica a existência de uma confraria disposta a divulgar a escrita literária de mulheres, já que sabemos que ao longo de nossa história como nação diversas mulheres, dentre as quais as mineiras, podem ter tido seus nomes apagados da literatura. Assim, o ponto que nos interessa não é somente o fato de um governador mineiro não ter reconhecido Adélia Prado como a escritora que ela é, mas sim o fato de haver, ao longo dos últimos séculos, certa invisibilização da literatura escrita por mulheres como manifestação de uma problemática mais ampla que é a invisibilização de mulheres e do papel delas na constituição intelecto-cultural de nossa sociedade.

Sob esse viés, podemos dizer que Adélia Prado não foi reconhecida por Romeu Zema porque, apesar de todos os anos nos quais o governador esteve na escola, ele provavelmente pouco pôde entrar em contato com a literatura de voz feminina. Longe de ser uma justificativa, o revés deixa transparecer aquela que é a realidade de muitos currículos escolares, quiçá universitários: o espaço para o estudo de obras escritas por mulheres ainda é tímido; a literatura feminina ainda é pouco trabalhada; o cânone literário ainda é proeminentemente masculino.

Posto isso, neste texto, tecemos reflexões sobre o cânone literário como um dispositivo discursivamente constituído que, respondendo a uma determinada estrutura histórica e social, produziu e legitimou um arcabouço literário de supremacia masculina fazendo com que uma escritora mineira não seja reconhecida como tal por um homem, ainda na contemporaneidade.

Nesse sentido, também assinalamos uma das contradições deste século XXI: se por um lado o percebemos como apto a problematizar e discutir as questões relacionadas à igualdade de gêneros, por outro, reconhecemos que a literatura escrita por mulheres ainda precisa ser constantemente evidenciada, legitimada, seja no âmbito de confrarias como a AFESMIL, seja por toda a sociedade. Somente assim, muitas escritoras anteriores à Adélia poderão ser resgatadas de uma espécie de limbo literário.

Isso posto, este texto está organizado em duas sessões, além desta Introdução e de suas Considerações. A seguir discutimos pontos sobre a vida e a obra de Beatriz Brandão, escritora mineira do século XIX, patrona da Cadeira 3 da AFESEMIL. Logo depois, este texto aborda os conceitos teóricos para tecer problematizações sobre o modo de constituição do chamado cânone literário.

2. UMA PIONEIRA SILENCIADA: BEATRIZ BRANDÃO E A LITERATURA IMPERIAL

Se na Introdução citamos Adélia Prado para exemplificar brevemente como mulheres podem ser pouco reconhecidas, mesmo quando possuem obras relevantes, é chegada a hora de conhecermos outro exemplo, a partir do qual faremos nossas problematizações. Assim, para conhecermos Beatriz Brandão, é

importante mencionarmos pontos de sua vida e de sua obra. Ainda que aqui isso seja feito numa linearidade temporal, usamos a biografia de Beatriz para elucidar o modo como as mulheres são historicamente silenciadas, mesmo quando são pioneiras em ações socioculturais.

Beatriz Francisca de Assis Brandão, doravante Beatriz Brandão ou D. Beatriz nasceu na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, em 29 de julho de 1779 e faleceu no Rio de Janeiro – RJ, em 05 de fevereiro de 1868. Tais datas, contudo, podem não ser precisas, pois, de acordo com Pereira (2010), à época não havia certidão que registrasse o nascimento. Estudos genealógicos de Rezende e Silva (1938) afirmam que a família de Beatriz Brandão originou-se na Normandia, passou por Portugal e depois veio para o Brasil. D. Beatriz, como costumava assinar seus poemas, nasceu em uma família mineira abastada e foi a última filha do casal Francisco Sanches Brandão, Oficial de Dragões, e de Izabel Feliciana Narcisa de Seixas. Esta última tinha como irmã Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, mãe de Maria Dorotéia, a noiva de Tomás Antônio Gonzaga.

No que tange à vida de uma mulher nascida no século XVIII, pode-se dizer que Beatriz teve uma trajetória bem distinta de muitas contemporâneas suas. “A maior parte das meninas não aprendia a ler. Passavam a meninice entre o oratório e a esteira. Ensinavam-lhes rendas, bordados e costura” (Del Priore, 2013, p. 19) com vistas a prepará-las para o matrimônio. Contrariando a concepção da época, durante sua juventude, Beatriz não demonstrava vontade de se casar, mas de dedicar-se a sua própria educação. Assim, antes do matrimônio, tornou-se educadora, musicista, poetisa e tradutora de poesias italianas e francesas.

Podemos, assim, considerar que Beatriz Brandão foi uma mulher que destoava daquilo que se esperava das mulheres: o papel social de dona de casa que cuidava do marido e dos filhos não lhe apetecia. Somente aos 33 anos Beatriz se casou com o Alferes Vicente Batista Rodrigues de Alvarenga que era seis anos mais novo e não dispunha das mesmas condições financeiras dela. Como naqueles tempos "Maridos eram escolhidos pelo pai, segundo critérios econômicos e sociais, ou encomendado de Portugal" (Del Priore, 2013, p. 19), podemos concluir que Beatriz tenha contrariado a família ao contrair matrimônio com Vicente. Destacamos mais uma vez como Beatriz destoava dos comportamentos impostos às mulheres de seu tempo.

Ao encontro disso, Pereira (2010) afirma que Beatriz não se casou contra sua vontade, mas contra a vontade de sua família, pois

> *Considerando a idade dos dois, o enlace matrimonial ocorrido apenas quatro meses após a morte da mãe da escritora e as intermináveis brigas entre a família de Beatriz e Vicente – originadas, principalmente, da insistência com que este lutava, judicialmente, para obter os bens deixados pelos sogros – é coerente pensar [...] que, além de Beatriz não ter sido obrigada a desposar Vicente, tal casamento não fosse do agrado de seus familiares. (Pereira, 2010, p. 18).*

Considerando o que pontua Pereira (op. cit.), a insatisfação familiar com o enlace de Beatriz e Vicente denota relações com questões de gênero bastante estabelecidas à época, dentre as quais o fato legitimado de que em uma relação amorosa, o homem necessariamente deveria ser mais velho que a mulher. Há também

questões afins com a ideia de que relacionamentos deveriam ocorrer somente entre pessoas de mesmas condições financeiras.

Por isso, aos olhos do historiador mineiro Augusto de Lima Júnior, o casamento de D. Beatriz com o Alferes Vicente Batista Rodrigues de Alvarenga parece ter sido uma questão oportuna para o Alferes, já que a família de Beatriz possuía relações amistosas com a casa imperial. Para o historiador, Beatriz era intelectualmente prestigiada e reconhecida em toda Vila Rica enquanto seu esposo figurava apenas como "marido da professora", de modo que Vicente "Casou bem para gozar a vida e sendo Alferes, já dera um pulo para Capitão o que seria o resto da vida, por notória incapacidade para o ofício" (Lima Jr., 1961, p. 71). Desse modo, ao se casar com o Alferes Vicente, seis anos mais novo que ela e de situação financeira inferior a sua, Beatriz demonstrou o modo como contestava a estrutura social vigente que ditava as regras para o comportamento feminino.

Por outro lado, Sabino (1996), na obra *Mulheres ilustres do Brasil*, afirma que Beatriz não desejava casar-se, mas acabou sendo obrigada a fazê-lo, correspondendo assim ao que pontua Del Priore (2013, p. 46), "A filha deveria preocupar-se com o matrimônio", porque "[...] a mulher só existia amparada pelo homem". Disso podemos inferir que Beatriz possa ter se casado meramente para cumprir o protocolo social que estava posto, contudo é mais provável que seu casamento tenha sido menos uma "submissão alienante" e mais "um recurso" adotado não somente por ela, mas também por outras da mesma época "que lhes permita deslocar ou subverter as relações de dominação" (Aguiar, 1997, p.107).

Sendo assim, se Beatriz foi obrigada a casar, provavelmente o fez para subverter a lógica dominante; se casou por vontade própria,

contrariou as normas sociais e isso nos leva a crer que Beatriz não possuía comportamento de submissão e conformidade, ao contrário, destoava-se deles. “[...] ela contrariou os caminhos previsíveis: não teve filhos, continuou a ler e a escrever poemas, a atuar como regente do coral de moças da Matriz do Pilar e até mesmo fundou uma escola”. (Pereira, 2010, p. 18).

Em 1829, o colégio para meninas fundado por D. Beatriz ensinava ler, escrever e fazer contas; as alunas também estudavam italiano e francês, música, dança, desenho e algumas artes plásticas e culinárias. A fundação de um colégio destinado a educar meninas já demonstra o pioneirismo de Beatriz que ainda no século XIX já percebia que a igualdade entre os gêneros depende também da educação. Por isso,

> *A rapidez com que Beatriz se colocou à frente do processo educativo das jovens de Ouro Preto refletia um momento especial na história das mulheres, pois começavam a aparecer em diversos jornais do país textos de autoria feminina, como se houvesse, entre elas, uma orquestração silenciosa motivada por um desejo comum: o de dar às suas semelhantes a oportunidade de, instruindo-se, conquistar autonomia (Pereira, 2010, p. 22).*

De fato, Beatriz Brandão jamais se afastou do campo da educação. Na década de 1830, o quantitativo de escolas públicas de Ouro Preto começou a aumentar e D. Beatriz foi designada pelo Conselho Provincial para o cargo de examinadora, tendo ao seu lado Jacinta Carlota de Oliveira Meireles e Policena Tertuliana de Oliveira. As três mestras mineiras foram as primeiras a se submeterem a um exame público para docência, sendo que “depois de sancionada a Lei de 15

de outubro de 1827, Beatriz, através da Secretaria do Governo Provincial, passou, em 20 de abril de 1830, a exercer o cargo na Imperial Cidade de Ouro Preto" (Pereira, 2010, p. 18).

D. Beatriz figurava entre as personalidades intelectuais de grande prestígio em Vila Rica, não obstante, como aponta Telles (2004), as mulheres no século XIX não tinham um direito efetivo à participação na sociedade. Consequentemente, qualquer tentativa de escrita passava pelo crivo contundente de uma sociedade que não aceitava o envolvimento feminino em diversas questões, por exemplo, as políticas. Ainda assim, Beatriz Brandão não se eximiu de escrever textos de diferentes temáticas, dentre os quais aqueles que defendiam com maestria a instrução de meninas e moças, buscando dessa forma quebrar paradigmas estabelecidos para o sexo feminino. Desse modo, em 1831, textos e poemas de D. Beatriz "cruzaram a Estrada Real em direção ao Rio de Janeiro" sendo que no mesmo ano seus poemas "foram publicados no Parnaso Brasileiro do Cônego Januário da Cunha Barbosa, em coletânea da qual participavam, entre vários homens, apenas duas mulheres: ela e Delfina Benigna da Cunha" (Pereira, 2010, p. 22).

No ano de 1832, o caráter pioneiro e determinado de Beatriz Brandão é reforçado, pois mesmo vivenciando as agruras do divórcio, processo inaceitável para uma mulher daquela época, ela "publica outra vez no Parnaso Brasileiro do Cônego Januário, agora os poemas Cartas de Leandro a Hero e Cartas de Hero a Leandro, traduzidos, por ela, do Francês [...]" (Pereira, 2010, 22). Alguns anos depois, mais precisamente em 1838, Beatriz Brandão viu seu nome ser indicado para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a ser fundado no Rio de Janeiro. No ano seguinte, o processo do divórcio é chancelado pela lei e pela igreja e mesmo tendo "conquistado o

respeito e o reconhecimento de seus pares na terra natal, parece que um divórcio, mesmo que avalizado pela Igreja, era modernidade demais para a rica vila mineira" (Pereira, 2010, p. 23).

Assim, apesar de sua escola para meninas e moças estar consolidada em Vila Rica, Beatriz Brandão decide deixar a cidade e partir para o Rio de Janeiro, numa " [...] viagem em direção ao desconhecido, era uma forma de resistir ao *status quo* e de, mesmo sexagenária, renascer" (Pereira, op. cit.). Mais uma vez Beatriz demonstrou não se submeter ao que a sociedade esperava dela.

Em 1850, a indicação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é retomada pelo historiador Joaquim Norberto de Sousa Silva. Joaquim Manoel de Macedo e Gonçalves Dias compõem a comissão encarregada de avaliar a proposição que ao final acabou não sendo aceita, sob alegação de que "parecia à comissão mais concludente, que a distinta poetisa fosse recebida como ornamento de uma sociedade literária, cujos fins não estejam limitados à história e à geografia". (Revista do IHGB, 1892, p. 71 apud Pereira, 2010, p. 23). Tal justificativa só faz evidenciar o caráter excludente de instituições de fomento intelectual que à época relutavam em aceitar mulheres como membros, correspondendo ao fato de que "São os homens que formulam as regras, que organizam a sociedade, que estabelecem territórios e fronteiras". (Tedeschi, 2016, 154).

Mesmo tendo sua indicação ao Instituto Histórico e Geográfico negada, Beatriz Brandão continuou a escrever seus textos e poesias, publicando, alguns anos mais tarde, seu primeiro livro. Em 1856, a obra *Cantos da Mocidade* foi anunciado por diversos jornais da época, dentre os quais *O Guanabara*. Beatriz também publicou trinta e oito poemas no jornal *Marmota Fluminense*, entre 1852 e

1857. Além disso, merece que mencionemos a existência de variados textos que fazem menção à Beatriz Brandão, conforme aponta Pereira (2010, p. 24),

> *[...] o Dicionário Bibliográfico, de Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake (1883), primeiro deles; artigos de Augusto de Lima e Augusto de Lima Jr., os escritores que mais escreveram e pesquisaram sobre Beatriz, publicados nas décadas de 1920 e 1930, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; Mulheres ilustres do Brasil (1889), de Inês Sabino, que relata fatos novos na história de Beatriz e que tem especial valor por ter sido escrito em época bem próxima a da morte de Beatriz.*

Os apontamentos biográficos demonstram que as facetas de escritora e de educadora nunca se dissociaram em Beatriz Brandão. Tanto em uma, quanto em outra, Beatriz mostrou-se versátil e coerente, de modo que em diversos momentos de sua vida demonstrou comportamento e atitudes de vanguarda que assinalaram, pelo menos em alguma medida, vitória sobre a supremacia masculina legitimada cultural e socialmente.

Conforme Pereira (2010), mais recentemente, Beatriz vem sendo mencionada em obras que buscam rever o posicionamento da mulher mineira na construção de nossa história literária, social e intelectual. Dentre essas, citamos *A participação da mulher na história de Minas Gerais* (1986), de Maria Claret Barbosa; *História das mulheres no Brasil* (1997), organizado por Mary Del Priore e *Escritoras brasileiras do século XIX* (1999), organizado por Zahidé Lupinacci Muzart.

Além disso, a vida, a obra e a escrita de Beatriz Brandão tem sido objeto de estudo em teses e dissertações, das quais citamos *Contestado Fruto*: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868), tese de doutorado de Cláudia Gomes Dias Costa Pereira, defendida na UFMG em 2009; *A representação do amor na escrita poética de Beatriz Brandão, Delfina Benigna e Ildefonsa Láura César*, dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFC (2014).

Há, ainda, uma série de artigos científicos que em sua maioria problematizam o modo como Beatriz e suas contemporâneas tiveram sua obra ou mesmo sua atuação intelectual esquecidas em prol da valorização dos feitos masculinos. Nesse sentido, este texto junta-se aos que foram escritos antes dele, de modo que trazer à tona episódios da vida de Beatriz Brandão relacionados ao universo intelecto-literário elucida como essa educadora-escritora comportou-se frente à dominação masculina de sua época, contrariando padrões de comportamento e avançando na luta pelo direito à educação feminina. Devemos rememorar Beatriz Brandão como uma das pioneiras da escrita literária em Minas Gerais, mesmo que isso ainda não conste, por exemplo, no cânone. Por isso, é importante problematizarmos como o cânone precisa ser ressignificado.

3. O CANÔNE EM PERSPECTIVA FOUCAULTINA: UM DISPOSITIVO, SUA CONSTITUIÇÃO E SEUS SILENCIAMENTOS

Apesar dos esforços de muitas historiadoras, como as citadas anteriormente, em resgatar a vida e a obra de Beatriz Brandão e sua contribuição para a literatura e a intelectualidade mineira, muito pouco ainda se conhece de suas poesias e de seus textos.

Possivelmente isso ocorra porque Beatriz não figura no cânone literário e, não estando no cânone, não é sequer mencionada nas aulas de literatura, seja da Educação Básica, seja do Ensino Superior. Nesse sentido, refletiremos agora sobre alguns dos episódios que já apresentamos anteriormente como práticas suscitadas no interior de um dispositivo, tomado aqui pelo viés foucaultiano, quer seja o cânone literário.

Quando pensamos em cânone literário, compreendemo-lo tal qual uma relação, uma lista, ou mesmo um catálogo que compila modelos a serem seguidos, isto é, no caso da literatura, o cânone compõe-se de obras tidas como expoentes máximos de uma cultura, seja por suas características formais, seja por sua originalidade, ou qualidade. As obras do cânone são reconhecidas como obras de valor notório, especialmente por possuírem caráter atemporal, transcendendo tempos e fronteiras. Tornam-se obras universais que merecem ser lidas, independentemente da época em que foram escritas. Assim, considera-se que para constituição de um cânone, são analisados critérios estéticos, históricos, institucionais e ideológicos que consagram determinadas obras e autores.

Se por um lado a constituição de um cânone responde a questões relacionadas ao valor das composições artísticas, por outro, insere-se em uma conjuntura que envolve também o momento histórico e social no qual se constitui. Por conseguinte, a constituição de um cânone trata-se também de uma questão discursiva, isto é, de saberes, de poderes e de verdades legitimadas em diferentes temporalidades. A partir dessa concepção, buscamos respaldo no arcabouço teórico-metodológico dos Estudos Discursivos foucaultianos, dentre os quais o conceito de dispositivo, ao qual chegaremos adiante.

Para aqueles que refletem sobre a produção discursiva pelo viés foucaultiano, nenhum objeto do discurso "[...] preexiste a si mesmo, retido aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações". (Foucault, 2012, p. 54-55). Por conseguinte, o discurso é crucial para toda sociedade, por ser o resultado do entrecruzamento de condições históricas e sociais e refletir o que se legitimou como verdade em uma determinada época. Assim, à luz de Foucault, problematizamos os sentidos produzidos pelo saber literário que ampara a legitimação do cânone como espaço majoritariamente masculino e, a partir disso, abrimos espaço para que seja discutido o apagamento de escritoras, como Beatriz Brandão, que têm obras relevantes, contudo não aparecem no cânone.

À vista disso, no que tange à pouca presença de literatura escrita por mulheres no cânone literário, é necessário ponderarmos a própria constituição desse cânone. Mais ainda, problematizar por que no cânone literário brasileiro, bem como no mineiro, durante muito tempo, houve supremacia masculina. Cabe lembramos que, não sendo esse texto ancorado na Teoria da Literatura, nem da Crítica Literária, não se trata aqui de apontar as qualidades ou as características objetivas que fazem uma obra literária ser digna de entrar para o cânone, mesmo porque quem estipula as regras e características é o próprio cânone, ou aqueles que dele fazem parte.

Acerca da canonização literária, Guilory (1995) afirma que essa segue os preceitos de uma canonização bíblica, na qual teólogos acabavam por banir da Bíblia verdades que não correspondiam essencialmente às chamadas verdades cristãs, sob o pretexto de selecionar autores e textos que mereciam ser preservados. Na canonização literária, a seleção é similar, já que por trás dos critérios

estabelecidos para uma suposta objetividade de julgamentos encontram-se questões de natureza essencialmente política que excluem textos de grupos não reconhecidos socialmente. A título de exemplificação, citamos a literatura de origem africana, tão pouco estudada até há bem pouco tempo em nosso país, apesar de toda contribuição dos povos africanos a nossa história cultural. O mesmo ocorre com a literatura escrita por mulheres: pouquíssimas autoras compõem o cânone literário, seja em uma perspectiva ocidental, nacional ou mineira.

Como exemplo, temos a obra *O cânone ocidental*, de Harold Bloom (1995), na qual o autor faz referência aos seus vinte e seis autores preferidos, dentre os quais somente três são mulheres. As problematizações de sua obra denotam Bloom como defensor de uma crítica cujo papel esteja "desvinculado de projetos de mudança social, e uma contrariedade aos movimentos teórico-críticos associados a raças, etnias e gênero" (Ginzburg, 2004, p. 99). Seguindo-se esse raciocínio, os autores citados por Bloom como pontos altos de toda produção literária conhecida são, basicamente, homens europeus brancos.

Ao encontro dessa ideia, vai Grosso (2021), ao ponderar sobre a constituição dos cânones literários. O autor afirma que para Bloom a formação dos cânones literários era fundamental, já que esse acreditava na capacidade individual do escritor e alçava-o como gênio individual, o que não deixa de ser

> *uma visão baseada na independência do artístico, que, segundo o autor, é uma experiência estética individual. Ou seja, essas atribuições decorreriam unicamente do domínio estético das obras, inseridas dentro de relações específicas de poder que privilegiam o sujeito masculino, caucasiano, heterossexual, de cultura eurocêntrica e com alto nível de educação formal. A*
>
> *grande maioria dos escritores escolhidos para compor o cânone cumpre todos os requisitos (Grosso, 2021, on-line).*

Se por um lado o pensamento eurocêntrico de Bloom acabou bastante divulgado nos meios acadêmicos, por outro, tornou-se alvo constante de críticas por parte de feministas e de multiculturalistas, por razões que são por nós bastante compreensíveis. É preciso fugir do que pode ser tido como um "essencialismo em Bloom, é preciso considerar que as obras incluídas são resultado de uma produção cultural hegemônica" (Grosso, 2021, on-line).

Nesse sentido,

> *Não há mais como sustentar os pressupostos pretensamente neutros e a-históricos dos métodos da crítica literária tradicional. Todo o critério de avaliação e interpretação é historicamente limitado, mutável* ***em função de condições sociais e históricas e em função de referenciais teóricos, esses também variáveis no contexto daquelas condições*** *(Schmidt, 1995, p.186. Grifos nossos.).*

Compreendemos, assim, que os ditos de obras como *O cânone ocidental* é um ponto de uma rede muito mais ampla que acabou por legitimar como verdade que o valor literário de fato estaria

circunscrito em obras escritas por homens, mais especificamente homens brancos. Ao mesmo tempo, tais ditos autorizaram práticas discursivas e não discursiva posteriores, também respondem às práticas que lhe são anteriores, emersas em outros tempos e em outros espaços, amalgamadas como novelos compostos por modos de dizer e de silenciar, atravessados por linhas de força e de poder. É aqui que nossas discussões encontram o conceito teórico-metodológico foucaultiano de dispositivo.

Foucault (1976), trata dispositivo como uma ferramenta analítica capaz de relacionar o saber com as relações de poder que o justificam e que são significadas por ele. O filósofo pontua que dispositivos, como o da sexualidade analisado em sua obra e, por extensão, o cânone literário aqui problematizado, são históricos e correspondem "à grande rede da superfície em que [...] a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder" (Foucault, 1976, p.99).

À esteira de Foucault entendemos que a constituição de um cânone literário surgiu atendendo a uma urgência específica, quer seja, a de elaborar uma lista de escritores que deveriam ser tidos e vistos como expoentes literários; entendemos também que listas como essa emergem a partir de escolhas, mais ou menos determinadas, de críticos tidos como especializados que ocupam posições estratégicas de poder, por exemplo na academia, e dominam certos saberes, como a crítica literária.

É preciso dizermos ainda que o cânone compreendido como dispositivo compõe-se por um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, organizações, decisões, enunciados científicos e muitas

proposições, uma rede de relações que estabelece um campo de possibilidades de se praticar o olhar, a enunciação, a construção de dizeres, a ação social e muitos outros. Como consequência disso, Dreyfus e Rabinow (1995) entendem que o dispositivo reúne um conjunto de relações flexíveis e delimita aquilo com o que se pretende lidar e, ainda que não haja um sujeito do conhecimento que atue de modo calculado, há sempre uma certa intencionalidade nas práticas. O cânone literário como dispositivo autoriza como se deve dizer sobre cada autor dentro e fora dele; estabelece como se deve olhar para cada um deles e como a sociedade deve tratá-los: valorizando-os ou não. Tudo de forma intencional, respondendo à urgência do dispositivo.

Ainda sobre o dispositivo, Gregolin (2015), estudiosa brasileira da obra foucaultiana, um dispositivo engloba materialidades verbais e não-verbais, além de práticas correlacionadas, tendo, assim, uma configuração heterogênea pertinentemente observável por suas categorias de saber, de poder e da subjetividade que suscita; é isso que permite, ao mesmo tempo, clarear determinados enunciados e ditos e ocultar outros. A costura entre saber, poder e produção de subjetividade encaminha a produção dos sentidos, corrobora as práticas sociais, autorizando e possibilitando o jogo do vir a ser. Por consequência, podemos identificar em um dispositivo quatro dimensões, a saber: curvas de visibilidade, curvas de enunciação, linhas de força e linhas de subjetivação.

As curvas de visibilidade e as curvas de enunciação regem o visível e o enunciável de cada momento, corrrespondendo “[...] às formas de funcionamento da enunciabilidade e da visibilidade que regem os elementos do dispositivo”. (Gregolin, 2015, p. 11). Essas curvas revelam, no interior do dispositivo, o jogo entre o que é possível de

ser dito e aquilo que não se pode dizer. Em se tratando do cânone literário, as curvas do dizível e do enunciável corroboram os regimes de verdade e de poder no interior desse dispositivo garantindo potência de circulação, já que as diferentes formas pelas quais os sujeitos constituem-se nele e por ele estão interligadas e acabam por centralizarem-se em uma mesma prática discursiva que a todo momento e a cada dizer reafirma a supremacia literária masculina, garantindo a invisibilização da escrita produzida por mulheres, ou mesmo criando artifícios e empecilhos para a circulação de obras escritas por elas.

As linhas de força agem no interior do dispositivo, como “flechas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras” (Gregolin, 2015, p. 11). Estritamente relacionadas à dimensão do poder, as linhas de força perpassam todos os espaços do dispositivo, mas não faz isso para agrupar os elementos em uma unidade – o que seria equivocado - e sim porque o dispositivo possui a eficiência estratégica de estabelecer a relação entre todos os seus pontos. Assim, as linhas de força no dispositivo do cânone literário estão relacionadas a uma espécie de ordem discursiva patriarcal que compreendia/compreende as mulheres como sujeitos de menor potencial intelectual, acadêmico e literário. Essa ordem compõe práticas discursivas e não discursivas, tal qual usar de subterfúgios para negar à Beatriz Brandão o direito de tornar-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1850. Essa ordem perpassa também os “[...] objetos, as instâncias enunciativas, as configurações dos saberes, as formas de exercício do poder”. (Sousa, 2015, p. 156). A ordem patriarcal é, desse modo, a força que preenche estrategicamente o dispositivo do cânone literário.

Submetidas às curvas de visibilidade, curvas de enunciação e linhas de força do dispositivo do cânone, emergem as subjetividades. Essas refletem a própria composição do cânone e tudo aquilo que ele autoriza, ou silencia. Nesse sentido, quando a uma mulher que escreve, nega-se o título de escritora, ou quando a uma mulher intelectual nega-se a ocupação de uma cadeira em uma academia literária, por exemplo, impede-se que essas se constituam como poetisas, escritoras, intelectuais.

E por assim ser, que podemos compreender a invisibilização da escrita de mulheres como reflexo das relações sustentadas por questões instituídas sobre um alicerce patriarcal no qual homens sobrepunham-se a mulheres. Nessa medida, mulheres viram-se deixadas às margens da produção cultural e literária, sendo-lhes negados constantemente espaços de valorização e de reconhecimento de sua escrita e de sua intelectualidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão que nos propusemos a tecer neste texto partiu da hipótese de que o cânone literário pode ser compreendido como um dispositivo, no qual se alinhavam discursos, saberes e poderes, usados para selecionar uns e, ao mesmo tempo, excluir outros (as), de acordo com os interesses “que podem ser de gênero, envolvendo classe, raça, espaço geográfico, orientação sexual, etnia” (Reis, 1992, p. 70).

Nesse sentido, os discursos que embasam o cânone literário, suas práticas discursivas e, também as não discursivas legitimaram condutas e comportamentos, como por exemplo, não se mencionar

escritoras de determinado período literário, ou mesmo não fazer constá-las em currículos escolares.

De acordo com Ginzburg (2004), no Brasil, as discussões sobre a constituição de nosso cânone literário ganham força na década de 1980, quando se iniciam as problematizações sobre os critérios de valor estético. À esteira disso, Coutinho (1996) também pontua o caráter excludente de nossa tradição canônica que nem sempre reconheceu as produções literárias de alguns segmentos culturais. Do mesmo modo, discussões similares foram postas por Roberto Reis ao indagar por que em nosso cânone “há poucas mulheres, quase nenhum não-branco e muito provavelmente escassos membros dos segmentos menos favorecidos da pirâmide social” (Reis, 1992, p. 73).

Desse modo, os autores acima amparam-nos porque concordam com a existência de uma relação direta entre “os sistemas canônicos e a desigualdade social do país e, seguindo haveria uma conexão entre os critérios de exclusão estética e as experiências de exclusão social” (Ginzburg, 2004, p. 99).

Consequentemente, havendo experiências de exclusão social arraigadas nas diferenças de gênero, haverá exclusão estética da literatura escrita por m mulheres, ao longo da constituição de um cânone literário brasileiro. Por conseguinte, Beatriz Brandão e muitas outras escritoras mineiras, como as patronas das cadeiras da AFESMIL, não só foram invisibilizadas, como também tiveram suas vozes silenciadas. Um posicionamento crítico em relação às a bordagens totalizantes e coerentes da literatura brasileira devem estar embasadas na compreensão da história literária como inacabada e plural. É assim que poderemos considerar a literatura

realizada por mulheres como parte fundamental da literatura mineira, brasileira e ocidental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA FEMININA SUL-MINEIRA DE LETRAS (AFESMIL). Apresentação. *Blog da AFESMIL*. Poços de Caldas, 2021. Disponível em: https://blogdaafesmil.blogspot.com/2021/12/apresentacao.html. Acesso em: 30 jan. 2023.

AGUIAR, Neuma. Para uma revisão das ciências humanas no Brasil desde a perspectiva das mulheres. In: _____ (Org.) **Gênero e ciências humanas:** desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 9-30.

BLOOM, Harold. **O cânone ocidental.** São Paulo: Objetiva, 1995.

CHEREM, Carlos Eduardo. Após 'gafe' de Romeu Zema sobre Adélia Prado, Assembleia de MG prepara desagravo à escritora. Estadão, Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023. Seção Política. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/apos-gafe-de-romeu-zema-sobre-adelia-prado-assembleia-de-mg-prepara-desagravo-a-escritora/. Acesso em: 20 fev. 2023.

COUTINHO, Eduardo. Literatura comparada, literaturas nacionais e o questionamento do cânone. **Revista brasileira de literatura comparada.** Rio de Janeiro: Abralic, n. 3, 1996.

DEL PRIORE, Mary. **Conversas e histórias de mulher.** São Paulo: Planeta, 2013.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012[1969].

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GINZBURG, Jaime. Cânone e valor estético em uma teoria autoritária da literatura. **Revista de Letras,** São Paulo, 44 (1): 97 – 111, 2004. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/letras/article/view/243. Acesso em: 20 mar 2023.

GREGOLIN, Maria do Rosario. Análise do discurso e semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (Orgs). **Discurso, semiologia e história.** São Carlos: Claraluz, 2015. p. 83-105.

GROSSO, Carlos Eduardo Millem. Contextos, histórias e mulheres: a formação dos cânones literários no Brasil. (2021). **Revista História:** Debates e Tendências, 21(2), 103-116. https://doi.org/10.5335/hdtv.21n.2.12314.

GUILLORY, John. C. In: LENTRICCHIA, F.; MCLAUGHLIN, T. (Eds.). **Critical terms for literary study.** Chicago: The University of Chicago Press, p. 233-249, 1995.

LIMA JR., Augusto de. Beatriz Francisca de Assis Brandão, musa da Independência, vida gloriosa e trágica. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.** Vol.VIII. Belo Horizonte: IHGMG, 1961. p. 63-73.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Escritoras Brasileiras do século XIX:** antologia. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

PEREIRA, Claudia Gomes. A poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868). **Navegações,** Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 17-26, jan./jun. 2010. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/7182. Acesso em: 07 mar. 2023.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, J. Luís (Org.). **Palavras da crítica:** tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, 1892. p. 71.

REZENDE E SILVA, Arthur Vieira de. **Genealogia mineira.** [s/l.: s/n], 1938.

SABINO, Domingos Ignez. **Mulheres illustres do Brazil.** Florianópolis: Editora Mulheres, 1996. Ed. fac-similar. p. 107-111.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço de autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). **Rompendo o silêncio:** gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

SOUSA, Katia Menezes de. Inovar em AD com Foucault: a tecnologia dos enunciados no funcionamento dos dispositivos de poder. In: In: SOUSA, Katia Menezes de; PAIXÃO, Humberto. (Orgs.) **Dispositivos de poder/ saber em Michel Foucault***:* biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015. p. 155-171.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. **Raído,** Dourados, MS, v.10, n.21, jan./jun. 2016. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/5217. Acesso em: 20 mar. 2023.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In.: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 401-442.

---

[1] Professora do Departamento de Letras e Linguística (DLL) da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Passos. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail